

## Continua o debate para chegar a uma política de segurança farmacêutica na Colômbia



*Quando se faz referência a políticas de segurança farmacêutica, há muitos países que tiveram mais avanços do que a Colômbia. Somente na região, países como o Brasil e o Peru têm uma legislação clara sobre esta questão.*

**Bogotá, março de 2021-** Em 25 de março, foi realizada a palestra "Alternativas para uma política de segurança farmacêutica na Colômbia", organizado pelo Instituto de Prospectiva e Inovação em Saúde - INNOS.

O evento contou com a presença de palestrantes como Carlos Álvarez, coordenador de estudos sobre a Covid-19 da OMS para a Colômbia; Jaime Andrés Cano, diretor da Corporação de Pesquisas Biológicas; Francisco Noguera, gerente de inovação e experiências da INNpulsa; e Álvaro Amaya, coordenador acadêmico do INNOS.

Ricardo Palacios, diretor da área de pesquisa clínica do Instituto Butantã no Brasil, participou como orador e falou sobre a perspectiva internacional sobre este tema, junto a Adriana Pacheco, diretora do Doutorado em Saúde Pública da Universidade El Bosque e o senador Iván Darío Agudelo. Eles deram ao público um panorama geral e uma visão sobre a segurança farmacêutica na Colômbia.

Desde 2020 está sendo discutido um Projeto de Lei, cujo objetivo principal proposto no artigo 3 é "proteger o país a longo prazo de qualquer possível escassez de bens públicos tecnológicos sanitários essenciais e da dependência externa em matéria científica, tecnológica, industrial ou logística para pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção, distribuição e entrega desses bens".

Este projeto, liderado pelo senador Iván Darío Agudelo e apoiado por diferentes atores do setor, permitirá ao país enfrentar os desafios impostos pela nova realidade e reduzir as diferenças em termos de acessibilidade a bens essenciais como medicamentos, vacinas, equipamentos médicos, entre outros, que se tornaram mais visíveis durante a pandemia.

"A ciência é a melhor ferramenta que os seres humanos têm para superar as doenças e os problemas sociais e econômicos que estamos enfrentando". É por isso que é tão importante que a Colômbia, por meio de suas políticas, promova e incentive a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação", adverte Agudelo.

## O cenário internacional

Quando se faz referência a políticas de segurança farmacêutica, há muitos países que tiveram mais avanços do que a Colômbia. Somente na região, países como o Brasil e o Peru têm uma legislação clara sobre esta questão, bem como instituições governamentais que estão encarregadas de assumir a responsabilidade pela pesquisa e desenvolvimento.

Este é o caso do Programa Nacional de Auto-Suficiência em Imunobiológicos (PASNI) do Brasil, criado em 1985 e do Instituto Butantã, um centro de pesquisa localizado em São Paulo com 120 anos de experiência, que é responsável pela

vacinação de mais de um terço da população do Brasil e fornece mais de 150 milhões de doses por ano.

Ricardo Palacios, diretor da área de pesquisa clínica do Instituto, afirma que "a ideia é que, eventualmente, graças às garantias deste programa, sejam gerados excedentes produtivos que possam ajudar outros países e outras organizações. É uma ideia que virá depois de garantir a produção em nosso país".

Finalmente, Adriana Pacheco indica que o que tem sido evidenciado e que pode ser aprendido de outros países como Dinamarca, Irlanda, Espanha, Estados Unidos e Peru é que devem se propor estratégias para fortalecer e desenvolver as instituições existentes em direção a ecossistemas dinâmicos, bem como para diversificar as colaborações e responsabilidades. Além disso, ela mencionou que um ponto comum nesses países é que eles não concentram as funções e as responsabilidades em atores públicos ou privados.

## Os três principais eixos da Política de Segurança Farmacêutica

A proposta inclui três eixos fundamentais que, além de buscar e motivar a pesquisa no país, tentam também aumentar a qualidade de vida da população em termos de acesso aos bens essenciais à saúde.

### 1. Independência científica e tecnológica

A proposta é aumentar as capacidades institucionais, financeiras, de recursos humanos, de infraestrutura e de equipamentos para a geração de conhecimentos e a criação de novas tecnologias ou a assimilação das tecnologias existentes que permitam a produção de bens públicos tecnológicos sanitários essenciais.

## 2. A suficiência da produção e da oferta de produtos farmacêuticos

Observa-se que a demanda de bens públicos tecnológicos sanitários essenciais pode ser atendida por meio da capacidade de produção instalada no território nacional.

No entanto, Adriana Pacheco, diretora do Doutorado em Saúde Pública da Universidade El Bosque, afirma que "uma característica deste eixo são as tendências mistas de fornecimento, que é o que tem se observado no contexto da pandemia com o exemplo do fornecimento das vacinas, pois atores do meio acadêmico, lideranças da indústria e os governos levaram à produção das vacinas e as disponibilizaram à população".

## 3. Disponibilidade de produtos farmacêuticos e acessibilidade

O Projeto de Lei indica que os bens públicos tecnológicos sanitários essenciais devem estar disponíveis no momento em que sejam necessários e fazer parte do Sistema Geral de Segurança Social em Saúde - SGSSS.

"Neste ponto, todos os elementos da cadeia de valor devem ser levados em consideração, incluindo aspectos como pontualidade, eficiência e inovação, bem como a participação de profissionais que não fazem parte do setor, tais como os desenvolvedores", afirmou Pacheco.

Embora exista um ecossistema farmacêutico no país que inclui entidades governamentais como o Instituto Nacional de Saúde, o Invima e o Ministério da Saúde, bem como instituições de educação superior, associações de profissionais, grupos de pesquisa, entre outros, ainda há aspectos a serem estabelecidos, tais como uma política de segurança farmacêutica mais ampla. A Dra. Pacheco insistiu em que o projeto atual precisa medir mais os impactos na saúde pública, os benefícios para a população e se ajustar aos padrões de referência nacionais e internacionais.



Para saber mais sobre a Política de Segurança Farmacêutica, você pode assistir o vídeo novamente através do seguinte link:

<https://www.youtube.com/watch?v=WT6nZ3r66d8>

Para mais informações de imprensa:

Tatiana Alvarez Moreno

Comunicações da Universidade de El Bosque

E-mail: [medios@unbosque.edu.co](mailto:medios@unbosque.edu.co)

Celular: (+57) 3115256531

*Escrito pelo Instituto de Prospectiva e Inovação em Saúde (INNOS) e pela Universidade El Bosque.*